



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Rua Esteves Júnior, nº 160 – Centro.
Florianópolis/SC - CEP 88015-130
Tel. (48) 3664-8739 / 3664-8740 / 3664-8742
Site: www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br
Email: compradireta@saude.sc.gov.br

EDITAL DE COMPRA DIRETA Nº 938/2021

PROCESSO SES 8654/2020

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES) solicita, por meio do presente, que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas encaminhem propostas de preços, conforme as condições estabelecidas neste edital de compra direta para aquisição na modalidade dispensa de licitação pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

OBJETO: Contratação dos serviços de calibração para os equipamentos médico-hospitalares utilizados pela especialidade de fonoaudiologia, conforme especificações constantes do Anexo I.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: até 18h00min do dia 22/04/2021.

1 – PROPOSTA

1.1 – A PROPOSTA deverá ser encaminhada até o prazo acima estipulado por correio eletrônico para compradireta@saude.sc.gov.br ou entregue na Diretoria de Licitações e Contratos, situada à Rua Esteves Júnior nº 160 – Centro – Florianópolis – SC.

1.1.1 – A PROPOSTA não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas; deve estar datada, conter nome ou razão social, CNPJ ou CPF, endereço completo, telefone e e-mail e deve estar assinada pelo representante legal da empresa;

1.2 – A PROPOSTA deverá conter a marca do produto ofertado, apresentação, preço unitário e total por item. Estes deverão ser em moeda nacional, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o material/serviço e a venda a ser realizada, bem como, o custo de transporte, inclusive carga e descarga, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade das empresas vencedoras. No preço cotado por item, já estarão incluídos todos os descontos oferecidos;

1.3 – A PROPOSTA deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

1.4 – O autor da OFERTA VENCEDORA deverá apresentar os documentos elencados abaixo:

1.4.1 – Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.4.2 – Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio da licitante, expedidas pelos órgãos abaixo relacionados:

1.4.2.1 – Da Secretaria da Receita Federal, com relação à regularidade fiscal Federal;

1.4.2.2 – Da Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União;

1.4.2.3 – Da Secretaria da Fazenda Estadual, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Estadual;

1.4.2.4 – Da Secretaria de Finanças Municipal, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Municipal. No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;

1.4.3 – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - CND;

1.4.4 – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CRS;

1.4.5 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

1.5 – A documentação acima elencada no item 1.4 poderá ser substituída pelo Certificado de Cadastro de Fornecedor emitido pela Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços da Secretaria de Estado da Administração;

1.6 – Caso haja a necessidade expressa em edital de apresentação de laudos, certificados de qualidade técnica, ensaios laboratoriais e correlatos, estes devem ser apresentados em língua portuguesa ou traduzidos, acompanhados do original fonte;

1.7 – A proposta deverá cumprir os requisitos listados no Anexo I (detalhamento do objeto).

2 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 – A SES efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite dos bens ou serviços com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

2.2 – O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil;

2.3 – A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a marca sob a qual o mesmo é comercializado, fabricante, além de mencionar o número da Ordem Fornecimento ou Contrato de Prestação de Serviços;

2.4 – Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito e número da conta corrente com dígito.

3 – DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 – A participação na presente cotação de preços implica na aceitação integral e irrevogável de todas as condições exigidas neste edital e dos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;

3.2 – A empresa ganhadora fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) no quantitativo estimado (artigo 65, § 1º da Lei de Licitações);

3.3 – A presente aquisição baliza-se pelos preceitos da Lei 8.666/93 e suas alterações, estando sujeitas as empresas participantes as sanções previstas no Decreto Estadual nº 2617/2009;

3.4 – As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na Cotação de Preços e/ou na execução do objeto estão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária, não superior a 2 (dois) anos, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

3.5.1 – A advertência é a sanção por escrito, emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação, ressalvado o disposto no § 3º do art. 11 do Decreto Estadual nº 2617/2009;

3.5.2 – A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do Contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

I - 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

II - 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do Contrato ou cancelamento da Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

III - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato/Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento, pelo descumprimento de qualquer cláusula, exceto prazo de entrega.

3.5.2.1 – O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativamente ou judicialmente.

3.5.2.2 – Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial.

3.5.2.3 – O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço.

3.5.2.4 – A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias.

3.5.2.5 – A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas neste Edital;

3.5.3 – A suspensão é a sanção que impossibilita a participação da empresa em licitações e/ou Contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

III - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou assinar o Contrato;

IV - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou do Contrato;

V - por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da Cotação de Preços;

VI - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos;

VII - por até 2 (dois) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o Contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no edital, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do Contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

VIII - até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no artigo anterior.

3.6 – Na apreciação das propostas poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido pela Gerência solicitante, sob pena de desclassificação;

3.7 – A cotadora vencedora não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do Contrato, Ordem de Fornecimento e/ou Autorização de Fornecimento a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da contratante, sob pena de imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis, conforme Lei 8.666/93.

3.8 – Os orçamentos que compõem este processo poderão ser utilizados para aquisição dos itens caso haja vantagem para a SES, interesse da empresa cotadora e atendimento aos requisitos solicitados neste Edital.

3.9 – Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta cotação de preços servidor ou dirigente da Secretaria de Estado da Saúde, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

3.10 – O resultado deste edital de compra direta será disponibilizado para acompanhamento no site www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br.

3.11 – Nos casos omissos deste edital serão adotados os prazos para a modalidade convite.

4-PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

4.1- As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

Florianópolis, 14 de Abril de 2021.

Núcleo de Compra Direta
DLIC - Diretoria de Licitações e Contratos

ANEXO I
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO – ORDEM DE FORNECIMENTO
DETALHAMENTO DO OBJETO

Item	Código	Descrição do Material	UN	Total
1	050265001	Manutenção em Equipamento Hospitalar. Contratação dos serviços de calibração para BERA - POTENCIAL EVOCADO AUDITIVO. Quantidade: 01 Marca: Interacoustics Modelo: Eclipse N° Patrimônio: 317593 N° de Série: 0970279	serviço	1
2	050265001	Manutenção em Equipamento Hospitalar. Contratação dos serviços de calibração para BERA - POTENCIAL EVOCADO AUDITIVO. Quantidade: 01 Marca: Interacoustics Modelo: Eclipse N° Patrimônio: 317960 N° de Série: 0990101	serviço	1
3	050265001	Manutenção em Equipamento Hospitalar. Contratação dos serviços de calibração para Audiômetro. Quantidade: 01 Marca: Interacoustics Modelo: AD-229/259b N° Patrimônio: 155618 N° de Série: 005 015 2001 Acessórios: 1. Campo Livre Marca: Acústica Orlandi Modelo FF70/2 Série: 390 2. Cabine audiométrica Marca: Widex	serviço	1
4	050265001	Manutenção em Equipamento Hospitalar. Contratação dos serviços de calibração para Audiômetro. Quantidade: 01 Marca: Interacoustics Modelo: AD629/2 N° Patrimônio: 298249 N° de Série: 980985 Acessórios: 1. Campo Livre Marca: Acústica Orlandi Modelo FF70/2 Série: 351 2. Cabine audiométrica Marca: Widex	serviço	1
5	050265001	Manutenção em Equipamento Hospitalar. Contratação dos serviços de calibração para Impedanciômetro (Imitanciômetro). Quantidade: 01 Marca: Interacoustics Modelo: AT235h N° Patrimônio: AVOS 00445 N° de Série: 3010155	serviço	1
6	050265001	Manutenção em Equipamento Hospitalar. Contratação dos serviços de calibração para Impedanciômetro (Imitanciômetro). Quantidade: 01 Marca: Interacoustics Modelo: AT235 N° Patrimônio: 298250 N° de Série: 0976358	serviço	1
7	050265001	Manutenção em Equipamento Hospitalar. Contratação dos serviços de calibração para Aparelho de emissão Otoacústica. Quantidade: 01 Marca: OTODYNAMICS Modelo: OTOPORT - EOA N° Patrimônio: 281899 N° de Série: DTC/15018851/T	serviço	1

1 – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

1.1 – Como o objeto do presente edital é de entrega imediata e integral, para autorizar a execução dos serviços a SES emitirá uma Ordem de Fornecimento (OF);

1.2 – Os serviços deverão ser executados em até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento;

1.3 – A entrega será efetuada conforme condições da Ordem de Fornecimento para:

SIGLA	UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
HIJG	Hospital Infantil Joana de Gusmão	Rua Rui Barbosa, 152 Agrônômica – Florianópolis – SC	(48) 3251-9000

2 – REQUISITOS DA PROPOSTA

2.1 – Juntamente com a proposta deverá constar também Atestado de Vistoria, conforme modelo do Atestado de Visita (Anexo II-A), a ser fornecido pela Gerência Administrativa ou Diretoria ou quem os substitua na Unidade Solicitante, conforme endereço acima;

2.1.1 – Durante a vistoria, a proponente tomará conhecimento das condições do equipamento, bem como de materiais necessários para a adequada realização do serviço;

2.1.2 – Fica definido como período de vistoria a data de publicação deste edital até a data prevista para o envio das propostas;

2.2 – A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação neste edital, ficando, contudo, as proponentes cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas, devendo a licitante neste caso, apresentar com a proposta a Declaração para opção de não-realização de vistoria (Anexo II-B);

2.3 – Para fins de julgamento da proposta de preços para execução de serviços, será acrescido o percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta quando apresentada por pessoa física na condição de contribuinte individual da Previdência Social, inciso III do art. 22 da Lei Federal nº 8.212/91, parágrafo 3º do art. 44 e art. 45 da Lei de Licitações e Contratos nº 8.666/93.

ANEXO II-A

ATESTADO DE VISTORIA

Atestamos que a empresa _____, inscrita no CGC/MF sob o nº _____ para fins da Edital nº **938/2021** – PSES **8654/2021**, cujo objeto é a **Contratação dos serviços de calibração para os equipamentos médico-hospitalares utilizados pela especialidade de fonoaudiologia**, visitou nossa Unidade e verificou as condições, marca e modelo dos equipamentos hospitalares, não tendo dúvidas quanto ao cumprimento das obrigações estipuladas no Edital, bem como confirmou o serviço a ser executado.

Carimbo e Assinatura do Diretor Geral ou Gerente ou quem os substitua

Data ____/____/____

ANEXO II-B

DECLARAÇÃO PARA OPÇÃO DE NÃO-REALIZAÇÃO DE VISTORIA

Declaro, na qualidade de representante da empresa _____, CNPJ nº _____, que não será necessário realizar vistoria nos locais onde haverá execução dos serviços objeto do Edital nº **938/2021 – PSES 8654/2021, cujo objeto é a Contratação dos serviços de calibração para os equipamentos médico-hospitalares utilizados pela especialidade de fonoaudiologia** e que encontro-me ciente de que em nenhuma hipótese a Administração aceitará posteriores alegações com base em desconhecimento das instalações.

_____(Localidade)_____, ____ de _____ de 20__.

(assinatura do responsável pela Empresa)

Nome do declarante_____

Número da Cédula de Identidade_____

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

1. OBJETO:

1.1. Contratação dos serviços de calibração para os equipamentos médico-hospitalares utilizados pela especialidade de fonoaudiologia, conforme, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e requisições SCCD nº conforme presente no respectivo processo SGPe.

1.2. Especificação do Objeto:

ITEM	NOME DA UNIDADE	CÓDIGO CIASC	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	FREQUÊNCIA	SETOR
1	HIJG	50265001	Contratação dos serviços de calibração para BERA - POTENCIAL EVOCADO AUDITIVO.	1	Único	AMB
			Marca: Interacoustics			
			Modelo: Eclipse			
			Nº Patrimônio: 317593			
			Nº de Série: 0970279			
2	HIJG	50265001	Contratação dos serviços de calibração para BERA - POTENCIAL EVOCADO AUDITIVO.	1	Único	CC
			Marca: Interacoustics			
			Modelo: Eclipse			
			Nº Patrimônio: 317960			
			Nº de Série: 0990101			
3	HIJG	50265001	Contratação dos serviços de calibração para Audiômetro.	1	Único	AMB
			Marca: Interacoustics			
			Modelo: AD-229/259b			
			Nº Patrimônio: 155618			
			Nº de Série: 005 015 2001			
			Acessórios:			
			1. Campo Livre			
			Marca: Acústica			

			Orlandi			
			Modelo FF70/2			
			Série: 390			
			2. Cabine audiométrica			
			Marca: Widex			

4	HIJG	50265001	Contratação dos serviços de calibração para Audiômetro.	1	Único	AMB
			Marca: Interacoustics			
			Modelo: AD629/2			
			Nº Patrimônio: 298249			
			Nº de Série: 980985			
			Acessórios:			
			1. Campo Livre			
			Marca: Acústica Orlandi			
			Modelo FF70/2			
			Série: 351			
			2.Cabine audiométrica			
			Marca: Widex			
5	HIJG	50265001	Contratação dos serviços de calibração para Impedanciômetro (Imitanciômetro).	1	Único	AMB
			Marca: Interacoustics			
			Modelo: AT235h			
			Nº Patrimônio: AVOS 00445			
			Nº de Série: 3010155			
6	HIJG	50265001	Contratação dos serviços de calibração para Impedanciômetro (Imitanciômetro).	1	Único	AMB
			Marca: Interacoustics			
			Modelo: AT235			
			Nº Patrimônio: 298250			
			Nº de Série: 0976358			
7	HIJG	50265001	Contratação dos serviços de calibração para Aparelho de emissão Otoacústica.	1	Único	AMB
			Marca: OTODYNAMICS			
			Modelo: OTOPORT - EOA			
			Nº Patrimônio: 281899			
			Nº de Série: DTC/15018851/T			

1.3 Resumo da Despesa:

Processo 8654/2021	SES	Nº:	
Despesa decorrente de:	<input type="checkbox"/> Contratação direta <input type="checkbox"/> Licitação, <input type="checkbox"/> Registro de preço <input type="checkbox"/> Convênio <input type="checkbox"/> Aditivo a contrato <input type="checkbox"/> Outro <i>OBS: Indicação/definição de informação não pertinente a área técnica a ser avaliada ou complementada por área competente da SES.</i>		
Existe contrato anterior:	<input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Nº contrato: _____ Valor R\$ _____ <i>OBS: Não é do conhecimento da área técnica contrato anterior (mesmo objeto/natureza) envolvendo o HIJG recentemente.</i>		
Valor da despesa:	<input type="checkbox"/> Parcela única <input type="checkbox"/> Parcelado em _____ vezes de R\$ _____ <i>OBS: Indicação/definição de informação não pertinente a área técnica a ser avaliada ou complementada por área competente da SES.</i>		
Período da despesa:	Início em ____/____/____ Término em ____/____/____ <i>OBS: Indicação/definição de informação não pertinente a área técnica a ser avaliada ou complementada por área competente da SES</i>		

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

Recomenda-se a realização de calibração anual nos equipamentos médico-hospitalares utilizados para avaliação audiológica, conforme recomendações dos respectivos fabricantes, Resolução nº 553 e demais recomendações normativas vigentes.

3. ESPECIFICAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Contratação de serviço de calibração para os equipamentos médico-hospitalares conforme listados neste documento.

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1 Qualificação técnica:

1 - Documentação emitida pelos fabricantes para a comprovação legal junto aos órgãos reguladores e fiscalizadores, que possuem efetiva capacidade técnica para execução de manutenções nas marcas/modelos de equipamentos médico-hospitalares descritas na

especificação do objeto do contrato. Dentre estes documentos:

- a. **Certificados de Treinamentos** emitidos pelos fabricantes atestando que os funcionários de suas respectivas assistências técnicas receberam **capacitação** para realizar manutenções nas marcas/modelos de equipamentos médico-hospitalares descritas na especificação do objeto do contrato;
- b. **Notas Fiscais e/ou Atestados Técnicos** emitidos pelos fabricantes comprovando acesso a **peças originais** para realizar das manutenções nas marcas/modelos de equipamentos médico-hospitalares descritas na especificação do objeto do contrato;
- c. **Notas Fiscais, Licenças de uso e/ou Atestados Técnicos** emitidos pelos fabricantes comprovando acesso a **versões de software originais e homologadas pela ANVISA** para realizar das manutenções nas marcas/modelos de equipamentos médico-hospitalares descritas na especificação do objeto do contrato;

2 - 01 (um) ou mais atestados (ou declarações) de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão de atividade realizada nos últimos 12 (doze) meses, compatível com o objeto da presente licitação – Atestado de Capacidade Técnica Operacional;

3 - Certidões de registro de Empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA (original ou cópia autenticada em cartório), em plena validade, observando-se:

- a) O ramo de atuação descrito na certidão deverá ser compatível com o objeto desta licitação;
- b) Na certidão de registro deverá constar o nome do responsável técnico pela execução do contrato a ser firmado com a SES/SC;
- c) No caso de sagrar-se vencedora Empresa inscrita no CREA de outra jurisdição, será necessário o “Registro” ou o “visto para execução” no CREA/SC, à época da contratação;

4 - Comprovação de aptidão para execução do(s) serviço(s), mediante apresentação de atestado(s) ou certidão (ões) que demonstre(m) a capacitação técnico-profissional de responsável técnico. Comprovar o desenvolvimento de serviços com características semelhantes e compatíveis ao objeto do item (ou lote) cotado na licitação.

4.1 – Para fins de comprovações acima devem ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Comprovação de que o proponente possui em seu quadro permanente, o profissional indicado. O vínculo poderá ser comprovado através de Carteira de Trabalho, contrato de prestação de serviço ou outro instrumento equivalente nos termos da legislação vigente;
- b) Certidão de Acervo Técnico (CAT) profissional emitido pelo CREA do profissional indicado e que comprove ser o mesmo o responsável pelos serviços;
- c) O profissional indicado pela empresa licitante para fins de comprovação de capacidade técnico-profissional deverá participar dos serviços objeto desta licitação, admitindo-se, excepcionalmente, a substituição por profissional, de experiência equivalente ou superior, desde que comprovado pela Secretaria Estado da Saúde de Santa Catarina.

4.2 justificar a exigência:

Requisitos técnicos mínimos para necessários para comprovar que a empresa possui amparo técnico e legal para realizar manutenções/calibrações nas marcas/modelos de equipamentos médico-hospitalares descritas na especificação do objeto do contrato, de acordo com a legislação técnica normativa vigente.

1. A utilização de peças não originais nos EMH pode descaracterizá-los, configurando sua adulteração. Tal ocorrência é passível de notificação na ANVISA, de acordo com a Resolução ANVISA RDC 67/2009, que “dispõe sobre normas de Tecnovigilância aplicáveis aos detentores de registros de produtos para a saúde no Brasil.”;
2. Conforme Resolução ANVISA RDC 16/2013, cabe ao fabricante estabelecer e manter procedimentos para assegurar que os produtos acabados submetidos à assistência técnica pelo fabricante ou seu representante técnico legal, satisfaçam as especificações originais do produto. Dessa forma, serviços terceiros não homologados pelo fabricante ou detentor do registro do produto não possuem os protocolos que possam garantir a especificação original do produto;
3. Dentre os critérios estabelecidos pela resolução ANVISA RDC 02/2010 para o correto gerenciamento de tecnologias em saúde, se faz necessário garantir a rastreabilidade das informações quanto à originalidade das peças de reparo utilizadas em manutenções de EMH.
4. A ANVISA emite homologações para todas as versões de software instaladas em EMH visando garantir a perfeita compatibilidade e segurança de utilização dos mesmos. Adendo a esta homologação também deve ser observada a originalidade visando não incorrer em crime de pirataria de software, conforme dispõem a lei nº. 9.690 de 19 de fevereiro de 1998;

5. DA ESTIMATIVA

5.1 Orçamentos:

ITEM	DESCRIÇÃO	Nome do Fornecedor		
1	Contratação dos serviços de calibração para BERA - POTENCIAL EVOCADO AUDITIVO.			
2	Contratação dos serviços de calibração para BERA - POTENCIAL EVOCADO AUDITIVO.			
3	Contratação dos serviços de calibração para Audiômetro. Nº Patrimônio: 155618			
4	Contratação dos serviços de calibração para Audiômetro. Nº Patrimônio: 298249			
5	Contratação dos serviços de calibração para Impedanciômetro (Imitanciômetro).			
6	Contratação dos serviços de calibração para Impedanciômetro (Imitanciômetro).			
7	01 (um) Aparelho de emissão Otoacústica.			
	TOTAL			

6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES ENVOLVIDAS

6.1 Obrigações da contratada:

- A contratada deverá realizar a calibração proposta a fim de restabelecer o pleno

funcionamento do(s) equipamento(s) médico-hospitalar(es);

- Quando aplicável, os equipamentos deverão receber peças e acessórios originais conforme o padrão do fabricante, e recomendações técnicas e normativas vigentes. Eventuais ressalvas deverão ser devidamente justificadas, documentadas e autorizadas pela Direção do HIJG (ou setor responsável definido pela Direção). A Contratante considera-se no direito de, caso necessário, solicitar a comprovação de originalidade das peças substituídas nos equipamentos pela Contratada;
- A empresa contratada deve dispor capacidade técnica para execução dos serviços com equipe devidamente treinada pelos respectivos fabricantes. Caso necessário a contratante poderá solicitar previamente a execução do(s) serviço(s) comprovação da contratada. Atestado ou certificado emitido pelo fabricante (ou outro representante legal por ele designado);
- Comprovação que o técnico ou responsável recebeu capacitação para executar manutenção/calibração nos equipamentos, marcas e modelos (ou equivalente assim declarado pelo fabricante). Em sendo solicitado e não atendido pela contratada fica passível de aplicação das penalidades previstas na legislação vigente;
- Os documentos indicados ou previstos para apresentação/disponibilização a unidade, devem ser originais ou cópia devidamente autenticadas;
- É responsabilidade da Contratada a emissão de relatório ou ficha de serviço para manutenção/calibração realizada, que deverá acompanhar o equipamento na entrega diretamente a Engenharia Clínica;
- O relatório de atendimento ou a ficha de serviço emitido (a) pela Contratada deverá constar de forma clara e legível no mínimo as seguintes informações:
 - a) identificação do técnico;
 - b) o descritivo das atividades realizadas;
 - c) discriminação de peças trocadas;
 - d) confirmação de testes funcionais realizados;
 - e) Deve constar indicação de equipamento liberado para uso;

No caso de atendimento in loco, deve ser realizado de acordo com a disponibilidade do setor e/ou do responsável pelo acompanhamento. Durante o horário de atendimento da Engenharia Clínica da Unidade.

6.2 Obrigações da Contratante:

Cumprir destacar que compete a esta assessoria, única e exclusivamente, prestar consultoria sob o prisma estritamente técnico e normativo quanto à correta manutenibilidade dos equipamentos médico-hospitalares em questão. Não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente jurídica e/ou administrativa.

Não compete a esta assessoria a definição da modalidade de contratação dos serviços necessários, seja sob a forma de licitação, seja de dispensa ou de inexigibilidade;

7. RECURSOS

Origem dos Recursos: <input type="checkbox"/> TESOURO <input type="checkbox"/> FUNDO <input type="checkbox"/> CONVÊNIO <input type="checkbox"/> OUTRO <input type="checkbox"/> DEFINIÇÃO POSTERIOR <u>OBS: Indicação/definição de informação não pertinente a área técnica a ser avaliada ou complementada por área competente da SES.</u>	Dotação dos Recursos: <input type="checkbox"/> Conforme deliberação da gerência de orçamentos. <input type="checkbox"/> Recurso <hr/> <input type="checkbox"/> COMPROVADO <input type="checkbox"/> NÃO COMPROVADO EM____/____/_____ <u>OBS: Indicação/definição de informação não pertinente a área técnica a ser avaliada ou complementada por área competente da SES.</u>
Condições de Execução: <input type="checkbox"/> PARCELA ÚNICA <input type="checkbox"/> PARCELADO <u>OBS: Indicação/definição de informação não pertinente a área técnica a ser avaliada ou complementada por área competente da SES.</u>	

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 8.1** A Secretaria de Estado da Saúde efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;
- 8.2** Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;
- 8.3** Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito,



número da conta corrente com dígito.

OBS: Indicação/definição de informação não pertinente a área técnica a ser avaliada ou definida por área competente da SES;

9. SANÇÕES DO CONTRATO

() CONFORME DECRETO ESTADUAL N. 2.617/09 () OUTRO

OBS: Indicação/definição de informação não pertinente a área técnica a ser avaliada ou definida por área competente da SES;

10. DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

10.1 As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

10.2 Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

10.3 Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

10.4 Comprometem-se em notificar à Controladoria Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

10.5 Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

OBS: Indicação/definição de informação não pertinente a área técnica a ser avaliada ou definida por área competente da SES;

11. VIGÊNCIA DO CONTRATO

Trata-se de uma recomendação de contratação de **serviço pontual**, sem o estabelecimento de um contrato, associado ao fato de que a Indicação/definição de informação não pertinente a área técnica a ser avaliada ou definida por área competente da SES;



12. CONDIÇÕES GERAIS

Cumprir destacar que compete a esta assessoria, única e exclusivamente, prestar consultoria sob o prisma estritamente técnico e normativo quanto à correta manutenibilidade dos equipamentos médico-hospitalares em questão. Não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente jurídica e/ou administrativa.

13. GESTOR DO CONTRATO:

Nome: Roberto Tobaldini
CPF: 11167052811

14. FISCAL DO CONTRATO:

Nome: Janice Westphal Roman Nappi
Matrícula: 37380601

DATA: 18/01/2021

NOME DO RESPONSÁVEL: Emerson Fábio Neves / Saulo José Argenta Garcia TELEFONE:
(48) 3251-9211
E-MAIL: engenhariahijg@saude.sc.gov.br

Assinado Digitalmente: _____

Assinatura Digital Superintendência: _____